

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS ASSOCIADOS A TRABALHOS EM ALTURA E PROFUNDIDADE, POR LOTES

TA_22_272_CI_B_009_SSE

CADERNO DE ENCARGOS

**Lote I – Aquisição, Instalação e Certificação de Equipamentos para
Trabalhos em Altura e Profundidade**

**Lote II – Inspeção, Certificação e Manutenção de Equipamentos para
Trabalhos em Altura e Profundidade**

**Lote III – Formação especializada de trabalhos risco especial de segurança -
trabalhos em altura e espaços confinados**

JANEIRO, 2023

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 1.ª

OBJETO

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir nos contratos a celebrar, na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **Aquisição de Equipamentos e Serviços Associados a Trabalhos em Altura e Profundidade, por Lotes**, em conformidade com o definido nos Anexos I e II ao presente Caderno de Encargos que dele fazem parte integrante.
2. A aquisição de bens e serviços associados em causa compreende 3 (três) Lotes, conforme especificado no n.º I da cláusula 3.ª do presente Caderno de Encargos.
3. Para um maior detalhe e identificação das infraestruturas abrangidas pelo presente Caderno de Encargos, deve ser consultado o **Anexo I** do presente caderno de encargos.
4. As especificações técnicas a que deve obedecer a presente aquisição de bens estão descritas no **Anexo II** ao presente Caderno de Encargos.

CLÁUSULA 2.ª

CONTRATO

1. O contrato integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo(s) concorrente(s), e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto do artigo 50.º do CCP;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos e os seus anexos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Fornecedor;
 - f) O clausulado contratual e respetivos anexos.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
3. Os ajustamentos propostos pela Tejo Atlântico, nos termos previstos no artigo 99.º do CCP e aceites pelo Fornecedor nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º I da presente cláusula.

CLÁUSULA 3.ª

LOCAL E CONTEÚDO DA AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS ASSOCIADOS

- I. O objeto do contrato incidirá sobre a “Aquisição de Equipamentos e Serviços Associados a Trabalhos em Altura e Profundidade, por Lotes” referidos genericamente na cláusula 1.ª e nos termos seguintes:
 - a) **Lote I** - Aquisição, Instalação e Certificação de Equipamentos para Trabalhos em Altura e Profundidade;
 - b) **Lote II** - Inspeção, Certificação e Manutenção de Equipamentos para Trabalhos em Altura e Profundidade;
 - c) **Lote III** – Formação especializada de trabalhos risco especial de segurança - trabalhos em altura e espaços confinados.
2. A aquisição de bens e serviços associados desenvolver-se-á nas infraestruturas identificadas no **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos e que dele faz parte integrante.

CLÁUSULA 4.ª

PRAZO CONTRATUAL

1. O contrato inicia-se no dia útil seguinte ao da sua outorga, a qual terá lugar mediante recurso a assinatura digital, considerando-se outorgado na última data de aposição de assinatura e mantendo-se em vigor pelo prazo máximo de 3 (três) anos, sem prejuízo das obrigações acessórias que perdurem para além da cessação do contrato.
2. Sem prejuízo do estabelecido ano número anterior, tendo o fornecedor mais de um representante e outorgando o contrato em parte com assinatura(s) digital(is) e em parte com assinatura(s) autógrafa(s), considerar-se-á por si outorgado na data da última assinatura digital. Caso o fornecedor outorgue apenas com assinatura(s) autógrafa(s), considerar-se-á por si outorgado na data que tenha sido aposta conjuntamente com a(s) assinatura(s).
3. Caso o fornecedor outorgue apenas com assinatura(s) autógrafa(s), considerar-se-á por si outorgado na data que tenha sido aposta conjuntamente com a(s) assinatura(s).
4. Se, antes de decorrido o prazo acima mencionado, durante a sua vigência, se atingir o pagamento do preço total do contrato, operará o respetivo termo com a encomenda dos bens e serviços associados que a tal conduzam, e o contrato extinguir-se-á com o pagamento destes, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação deste.

CAPÍTULO II
OBRIGAÇÕES DAS PARTES
SECÇÃO I
OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

CLÁUSULA 5.^a

OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO FORNECEDOR

- I. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente caderno de encargos e respetivos anexos, que dele fazem parte integrante, constituem obrigações principais do Fornecedor as seguintes:

I.1 LOTE I

- a) Fornecimento dos equipamentos de segurança de proteção individual e/ou coletiva identificados no Anexo III – LPU, Lote I, do Programa do Concurso, no prazo de 30 (*trinta*) dias corridos, após a data de envio da nota de encomenda pela Tejo Atlântico, devendo os mesmos ser acompanhados das respetivas Fichas Técnicas, Manuais de Utilização e Certificado/Declaração de Conformidade CE. No caso de equipamentos a serem fornecidos com componentes associados, deve ser considerado o fornecimento integral, isto é, equipamento e componentes associados;
- b) Fornecimento, Instalação e Certificação dos Equipamentos de Proteção Coletiva identificados no Anexo III – LPU, Lote I do Programa do Concurso, no prazo de 30 (*trinta*) dias corridos, após a data de envio da nota de encomenda pela Tejo Atlântico, devendo os mesmos ser acompanhados das respetivas Fichas Técnicas, Manuais de Utilização e Certificado/Declaração de Conformidade CE. No caso de equipamentos a serem fornecidos com componentes associados, deve ser considerado o fornecimento integral, isto é, equipamento e componentes associados;
- c) Identificação de necessidades de equipamentos, no seguimento de deslocações técnicas às infraestruturas da Tejo Atlântico, com elaboração de relatórios, com a devida fundamentação técnica da proposta de soluções a implementar;
- d) No caso da necessidade de instalação de equipamentos de proteção antiqueda nas instalações da Tejo Atlântico, onde tal se preveja necessário, garantir a deslocação de técnicos qualificados para o efeito, de acordo com o mencionado na subalínea i) da alínea e) do Artigo 7.º do Programa do Concurso, bem como garantir a disponibilidade imediata de todos os equipamentos e materiais necessários às instalações previstas;
- e) Afetar uma equipa técnica, com os requisitos mínimos mencionados subalínea i) da

alínea e) do Artigo 7.º do Programa do Concurso;

- f) Garantir a adequada formação e sensibilização sobre os equipamentos fornecidos, nomeadamente sobre a correta utilização, manuseamento e conservação, de acordo com as especificações técnicas, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
- g) Assegurar a execução de trabalhos urgentes e não urgentes, solicitados e definidos pela Tejo Atlântico, em conformidade com o estabelecido contratualmente, a qualquer hora dos 7 (sete) dias da semana;
- h) Iniciar os trabalhos urgentes referidos na alínea anterior no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após solicitação da Tejo Atlântico;
- i) Iniciar os trabalhos considerados como não urgentes, no prazo máximo de 10 (dez) dias, após solicitação da Tejo Atlântico;
- j) Garantir que os equipamentos de proteção individual que possuam prazo de validade tenham data de fabrico correspondente ao ano de aquisição ou do ano imediatamente anterior;
- k) Elaborar e entregar os Relatórios de Instalação e Certificação dos Equipamentos para Trabalhos em Altura e Profundidade, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, após a data de instalação no local. Os referidos relatórios deverão ser disponibilizados, por Centro Operacional, por infraestrutura e zona, em formato digital (.xlsx e .pdf), mediante modelo a ser definido no arranque do contrato, com os registos da data de instalação, número de série, data de fabrico e fotografia de cada equipamento instalado.

I.2 LOTE II

- a) Elaborar, no prazo de 20 (vinte) dias, após a data de entrada em vigor do contrato, um cronograma anual, para assegurar a inspeção e certificação dos equipamentos existentes nas instalações da Tejo Atlântico. Para o efeito, a Tejo Atlântico faculta ao Fornecedor, no prazo de 5 (cinco) dias, após a entrada em vigor do contrato, a listagem dos equipamentos existentes, com as respetivas datas de validade e as datas da última inspeção realizada em cada equipamento;
- b) No seguimento da entrega do cronograma mencionado na alínea anterior, a Tejo Atlântico terá um prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis para se pronunciar relativamente ao proposto pelo Fornecedor;
- c) Garantir a realização dos trabalhos no prazo máximo de 3 (três) meses, após aceitação do cronograma pela Tejo Atlântico;
- d) Deslocar-se às instalações, indicadas no **Anexo I** do presente Caderno de Encargos, de forma a assegurar a inspeção, certificação e manutenção dos equipamentos de proteção individual e coletiva da Tejo Atlântico devendo, para o efeito, garantir a realização destes trabalhos por técnicos devidamente qualificados,

de acordo com o mencionado na da alínea e) do Artigo 7.º do Programa do Concurso, assim como garantir a disponibilidade imediata de todos os equipamentos e materiais necessários aos trabalhos previstos;

- e) Assegurar a inspeção adicional de equipamentos fora do período de intervenção anual, até ao limite de 2 (*duas*) intervenções trimestrais por Centro Operacional;
- f) Assegurar a identificação da necessidade de novos equipamentos, no seguimento de deslocações técnicas às infraestruturas, com elaboração de relatórios, com a devida fundamentação técnica da proposta de soluções a implementar;
- g) Assegurar a execução de trabalhos urgentes e não urgentes, solicitados e definidos pela Tejo Atlântico, em conformidade com o estabelecido contratualmente, a qualquer hora dos 7 (*sete*) dias da semana;
- h) Iniciar os trabalhos urgentes referidos na alínea anterior no prazo máximo de 24 (*vinte e quatro*) horas, após solicitação da Tejo Atlântico;
- i) Iniciar os trabalhos considerados como não urgentes, no prazo máximo de 10 (*dez*) dias, após solicitação da Tejo Atlântico;
- j) Possuir o alvará do IMPIC - certificado para construção;
- k) Afetar uma equipa técnica, com os requisitos mínimos mencionados na subalínea i) da alínea e) do Artigo 7.º do Programa do Concurso;
- l) Elaborar e entregar os Relatórios de Inspeção, Certificação e Manutenção dos Equipamentos para Trabalhos em Altura e Profundidade, no prazo máximo de 15 (*quinze*) dias úteis, após a data de inspeção no local. Os referidos relatórios deverão ser disponibilizados, por Centro Operacional, por infraestrutura e zona, em formato digital (.xlsx e .pdf), mediante modelo a ser definido no arranque do contrato, com os registos de todas as operações de inspeção, ensaio e manutenção realizadas, devendo constar, no mínimo, a seguinte informação:
 - i. Data de realização da inspeção, certificação e manutenção, por equipamento;
 - ii. Número de série, data de fabrico e fotografia de cada equipamento inspecionado;
 - iii. Resultado da inspeção, certificação e manutenção, por equipamento;
 - iv. Anomalias encontradas e outras situações que se considerem importantes para conhecer o estado de operacionalidade dos equipamentos.
- m) Caso se detete, no decorrer dos trabalhos de inspeção anual dos equipamentos de proteção individual e coletiva, a inoperacionalidade de equipamentos, o Fornecedor deverá comunicar, de imediato, à Tejo Atlântico, quais os equipamentos que se encontram nessa situação, devendo garantir igualmente que os mesmos se encontram devidamente marcados como “inoperacionais”, através de meios que garantam a identificação inequívoca e indelével dos referidos equipamentos;
- n) Garantir a continuidade da rastreabilidade dos equipamentos inspecionados.

I.3 LOTE III

- a) Elaborar um cronograma anual das ações de formação a administrar, no prazo de 20 (*vinete*) dias, após a data de entrada em vigor do contrato, com referência à listagem de potenciais formandos por ação de formação e local de realização das mesmas. A listagem dos trabalhadores que frequentarão as ações de formação será entregue pela Tejo Atlântico ao Fornecedor, no prazo de 5 (*cinco*) dias, após a entrada em vigor do contrato, mediante prioridades estabelecidas pela Tejo Atlântico;
- b) No seguimento da entrega do cronograma mencionado na alínea anterior, a Tejo Atlântico terá um prazo máximo de 15 (*quinze*) dias úteis para se pronunciar relativamente ao proposto pelo Fornecedor;
- c) Disponibilizar o dossier técnico e pedagógico da formação, em formato digital (.pdf e .docx) contendo, nomeadamente, o plano de sessão e a apresentação. Durante as ações de formação deverão ser entregues:
 - i. Questionários de avaliação inicial e final;
 - ii. Questionários de avaliação da ação pelos formandos e pelo formador;
 - iii. Folhas de registo de presença de formandos que serão disponibilizadas pela Tejo Atlântico, previamente à realização de cada ação e que terá de seguir os requisitos definidos.
- d) Afetar uma equipa técnica com os requisitos mínimos mencionados na subalínea ii) da alínea e) do Artigo 7.º do Programa do Concurso;
- e) As ações de formação, a articular previamente, entre a Tejo Atlântico e o Fornecedor, serão ministradas em instalações da Tejo Atlântico, mencionadas no **Anexo I** do presente Caderno de Encargos ou em localização a propor pelo Fornecedor e validada pela Tejo Atlântico;
- f) Garantir, após a realização de cada ação de formação, a emissão dos certificados de formação, pela plataforma SIGO, com o respetivo código de acesso à CIC (Caderneta Individual Competências), até ao máximo de 20 (*vinete*) dias, após a realização das ações de formação;
- g) Disponibilizar, em cada formação, um simulador de treino móvel que permita retratar e simular as atividades efetuadas pelos trabalhadores no dia-a-dia, nomeadamente trabalhos em altura – acesso a estruturas e espaços confinados – acesso a caixas e galerias;
- h) Disponibilizar, em cada formação e para cada formando:
 - i. Os materiais e meios necessários para retratar as referidas atividades, nomeadamente os equipamentos técnicos - arneses, cordas de progressão, cordas de posição, capacetes, luvas de proteção mecânicas, fatos de proteção

descartáveis, com especificações técnicas previamente aprovadas pela Tejo Atlântico;

- ii. Aparelho respiratório isolante de circuito aberto e aparelho respiratório de evacuação em emergência, a utilizar nos treinos de simulação real.

I.4 Para todos os Lotes:

- a) Provir os seus técnicos operacionais dos materiais e equipamentos técnicos de segurança necessários a realização dos trabalhos (equipamentos de proteção individual e coletiva), devidamente certificados;
 - b) Comunicar à Tejo Atlântico, logo que deles tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações;
 - c) Garantir que todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos apresentados estejam integralmente redigidos em português;
 - d) Prestar de forma correta, atempada e fidedigna todas as informações relativas às condições da aquisição de bens e serviços associados, bem como todos os esclarecimentos que se justifiquem ou que lhe sejam solicitados pela Tejo Atlântico;
 - e) Possuir todas as autorizações, aprovações e licenças necessárias para o cumprimento das suas obrigações contratuais, nos termos previstos no presente Caderno de Encargos;
 - f) Assumir a responsabilidade por todos e quaisquer danos e prejuízos causados à Tejo Atlântico e a terceiros, que resultem das suas atividades, exercidas no âmbito do contrato a celebrar, competindo-lhe proceder às reparações necessárias com o devido acompanhamento da Tejo Atlântico, ou a indemnizar quando se trate de danos ou prejuízos em que uma reparação não possa ter lugar (intangíveis);
 - g) Cumprir e fazer cumprir as disposições constantes no Manual de Fornecedores da Tejo Atlântico, disponível no sítio da empresa em https://www.aguasdotejoatlantico.adp.pt/sites/aguasdotejoatlantico.adp.pt/files/paginas_base/pdfs/Regulamentos/2018.07.03_manual_de_fornecedores_adta.pdf.
2. A título acessório, o Fornecedor fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao fornecimento dos bens, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

CLÁUSULA 6.ª

CONFORMIDADE, OPERACIONALIDADE E ENTREGA DOS BENS

- I. O Fornecedor obriga-se a entregar à Tejo Atlântico, os bens objeto do contrato, de acordo

com as especificações técnicas definidas no **Anexo II** ao presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.

2. A entrega dos bens deverá ser realizada nas instalações da Tejo Atlântico, identificadas no **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos, nas condições e no prazo indicado na alínea a) do ponto 1.1 da cláusula 5.^a.
3. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua utilização.
4. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas no que respeita à conformidade dos bens a entregar.
5. O Fornecedor é responsável perante a Tejo Atlântico por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.
6. Os bens objeto do contrato devem ser entregues nas instalações da Tejo Atlântico, indicadas no **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos, no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias a contar a partir da data de envio da Nota de Encomenda pela Tejo Atlântico.
7. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local da entrega, com a respetiva instalação, se aplicável são da responsabilidade do Fornecedor.

CLÁUSULA 7.^a

ANÁLISE E ACEITAÇÃO DOS BENS E RECEÇÃO DOS ELEMENTOS A PRODUIR AO ABRIGO DO CONTRATO

I. LOTE I

- a) Efetuada a entrega dos bens, nos termos definidos no ponto 1.1 da cláusula 5.^a, a Tejo Atlântico, por si ou através de terceiro por ela designado, procede, no prazo de 5 (*cinco*) dias, à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às quantidades estabelecidas no Anexo III – LPU, Lote I, do Programa do Concurso e se reúnem as especificações técnicas definidas no **Anexo II** do Caderno de Encargos e que dele faz parte integrante;
- b) Na análise a que se refere o número anterior, o Fornecedor deve prestar à Tejo Atlântico toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização desta, através de pessoa devidamente credenciada para o efeito;
- c) No caso de a análise prevista na cláusula anterior não comprovar a total

operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com a informação mencionada no ponto 1.1 da cláusula 5.^a, bem como com as especificações técnicas definidas no **Anexo II** ao presente Caderno de Encargos, a Tejo Atlântico deve informar, por escrito, o Fornecedor;

- d) No caso previsto no número anterior, o Fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Tejo Atlântico, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos;
- e) Após a realização das alterações e complementos necessários, a Tejo Atlântico procede a nova análise, nos termos da alínea a);
- f) Caso a análise a que se refere a alínea a) comprove a total operacionalidade dos bens objeto do contrato bem como a sua conformidade com as exigências legais, e não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com a informação mencionada no ponto 1.1 da cláusula 5.^a, bem como com as especificações técnicas definidas no **Anexo II** ao presente Caderno de Encargos, deve ser emitido, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar do termo da análise, um auto de receção, assinado pelos representantes do Fornecedor e da Tejo Atlântico;
- g) A assinatura do auto a que se refere o número anterior não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos equipamentos objeto do contrato, com as exigências legais ou com a informação mencionada no ponto 1.1 da cláusula 5.^a, bem como com as especificações técnicas definidas no **Anexo II** ao presente Caderno de Encargos.

2. LOTE II

- a) Efetuada a entrega dos relatórios de inspeção, certificação e manutenção dos equipamentos, nos termos definidos na alínea l) do ponto 1.2 da cláusula 5.^a, a Tejo Atlântico, por si ou através de terceiro por ela designado, procede, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, à verificação desses relatórios, com vista a verificar, se os mesmos possuem toda a informação requerida;
- b) Na análise a que se refere o número anterior, o Fornecedor deve prestar à Tejo Atlântico toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização desta, através de pessoa devidamente credenciada para o efeito;
- c) No caso da análise dos elementos entregues, não comprovar a conformidade destes, com as exigências legais, com a informação mencionada na alínea l) do ponto 1.2 da cláusula 5.^a, e, caso, se verificar discrepâncias com as especificações técnicas definidas no **Anexo II** do presente Caderno de Encargos, a Tejo Atlântico deve informar, por

escrito, o Fornecedor;

- d) No caso previsto no número anterior, o Fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for definido pela Tejo Atlântico, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais exigidas ou com a informação mencionada na alínea l) do ponto 1.2 da cláusula 5.^a e nas especificações técnicas mencionadas no **Anexo II** do Caderno de Encargos e que dele faz parte integrante;
- e) Após a realização das alterações e complementos necessários, a Tejo Atlântico procede a nova análise nos termos da alínea a) do presente ponto;
- f) Caso a análise a que se refere o n.º 1 comprove a conformidade dos elementos entregues pelo Fornecedor com as exigências legais, e não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com a informação mencionada na alínea l) do ponto 1.2 da cláusula 5.^a e, bem como com as especificações técnicas definidas no **Anexo II** do Caderno de Encargos e que dele faz parte integrante, deve ser emitida no prazo de 5 (cinco) dias a contar do termo da análise, uma declaração de aceitação pela Tejo Atlântico;
- g) A emissão da declaração a que se refere o número anterior não implica a aceitação de eventuais discrepâncias com as exigências legais ou com a informação mencionada na alínea l) do ponto 1.2 da cláusula 5.^a, bem como, com as especificações técnicas definidas no **Anexo II** ao presente Caderno de Encargos e que dele faz parte integrante.

3. LOTE III

- a) Efetuada a entrega dos certificados de formação, nos termos definidos na alínea f) do ponto 1.3 da cláusula 5.^a, a Tejo Atlântico, por si ou através de terceiro por ela designado, procede, no prazo de 10 (dez) dias, à verificação desses certificados, com vista a verificar, se os mesmos possuem toda a informação requerida;
- b) Na análise a que se refere o número anterior, o Fornecedor deve prestar à Tejo Atlântico toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização desta, através de pessoa devidamente credenciada para o efeito;
- c) No caso da análise dos elementos entregues, não comprovar a conformidade destes, com as exigências legais, a Tejo Atlântico deve informar, por escrito, o Fornecedor;
- d) No caso previsto no número anterior, o Fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for definido pela Tejo Atlântico, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais exigidas;
- e) Após a realização das alterações e complementos necessários, a Tejo Atlântico procede a nova análise nos termos da alínea a) do presente ponto;

- f) Caso a análise a que se refere o n.º 1 comprove a conformidade dos elementos entregues pelo Fornecedor com as exigências legais, deve ser emitida no prazo de 5 (cinco) dias a contar do termo da análise, uma declaração de aceitação pela Tejo Atlântico;
- g) A emissão da declaração a que se refere o número anterior não implica a aceitação de eventuais discrepâncias com as exigências legais.

CLÁUSULA 8.ª

TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE

Com o auto de receção a que se refere a alínea f) do ponto 1 e a declaração de aceitação a que se refere as alíneas f) dos pontos 2 e 3 da cláusula anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos elementos a desenvolver ao abrigo do contrato para a Tejo Atlântico, incluindo o risco de deterioração ou perecimento dos bens, bem como os direitos de autor sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o Fornecedor.

CLÁUSULA 9.ª

GARANTIA TÉCNICA

- 1. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, nomeadamente no que respeita ao **Lote I**, o Fornecedor garante os bens objeto do contrato, pelo prazo de 3 (três) anos a contar da data da assinatura do auto de receção, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com a informação mencionada no ponto 1.1 da cláusula 5.ª, bem como com as especificações técnicas definidas no **Anexo II** ao presente Caderno de Encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.
- 2. A garantia prevista no número anterior abrange:
 - a) O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
 - b) A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - c) A reparação ou substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - d) O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
 - e) O transporte do bem ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;

- f) A deslocação ao local da instalação ou de entrega;
 - g) A mão-de-obra.
3. No prazo máximo de 2 (*dois*) meses a contar da data em que a Tejo Atlântico tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, esta deve notificar o Fornecedor, para efeitos da respetiva reparação.
 4. A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pela Tejo Atlântico e sem grave inconveniente para esta, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.
 5. No que respeita aos Lotes II e III, o Fornecedor fica sujeito com as devidas adaptações ao disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de serviços de consumo e das garantias a ela relativas no que respeita à conformidade dos serviços a prestar.
 6. Tendo em consideração o mencionado no número anterior, o Fornecedor é responsável perante a Tejo Atlântico por qualquer defeito ou discrepância dos serviços objeto do contrato que existam no prazo de 2 (*dois*) anos após conclusão dos serviços.

CLÁUSULA 10.ª

GARANTIA DE CONTINUIDADE DE FABRICO

No caso concreto dos Lotes I e II, o Fornecedor deve assegurar a continuidade do fabrico e do fornecimento de todas as peças, componentes e equipamentos que integram os bens objeto do contrato pelo prazo estimado de vida útil dos bens, sem prejuízo do disposto nos artigos 297º e 298º do CCP.

CLÁUSULA 11.ª

DEVER DE SIGILO

1. O Fornecedor obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Tejo Atlântico, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O Fornecedor obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O Fornecedor obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que a Tejo Atlântico lhe indique para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 (*dois*) anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou

da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

CLÁUSULA 12.ª

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

1. No caso de o Fornecedor necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções da Tejo Atlântico, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
2. O Fornecedor não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.
3. O Fornecedor deve cumprir rigorosamente as instruções da Tejo Atlântico, no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
4. O Fornecedor deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição acidental ou ilícita, perda acidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
5. O Fornecedor deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pela Tejo Atlântico, ou por quem atue em representação deste.
6. As medidas a que se refere o número anterior devem garantir um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento de dados apresenta, à natureza dos dados a proteger e aos riscos, de probabilidade e gravidade variável para os direitos e liberdades das pessoas singulares.
7. O Fornecedor deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente caderno de encargos e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, e que conhecem e se comprometem a cumprir todas as obrigações aqui previstas, sendo o fornecedor responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.
8. Mediante solicitação escrita da Tejo Atlântico, o Fornecedor deve, no prazo de 15 (quinze) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
9. O Fornecedor deve comunicar de imediato à Tejo Atlântico quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
10. O Fornecedor encontra-se adstrito a notificar de imediato a Tejo Atlântico de qualquer

monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.

11. Se o Fornecedor tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição acidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar, por escrito, a Tejo Atlântico disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-o das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecer-lhe qualquer outra informação que a Tejo Atlântico possa razoavelmente solicitar.
12. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao Fornecedor, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para a Tejo Atlântico:
 - a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
 - b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e
 - c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.
13. O Fornecedor obriga-se a ressarcir a Tejo Atlântico por todos os prejuízos em que este venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.
14. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do Fornecedor e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* deste é fundamento de resolução do contrato com justa causa pela Tejo Atlântico, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

CLÁUSULA 13.ª

CONSERVAÇÃO DE DADOS PESSOAIS

1. O Fornecedor deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a 1 (um) ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pela Tejo Atlântico.
2. Dependendo da opção da Tejo Atlântico, o Fornecedor apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

CLÁUSULA 14.ª

TRANSFERÊNCIA DE DADOS PESSOAIS

O Fornecedor não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita da Tejo Atlântico, exceto se o fornecedor for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, a Tejo Atlântico antes de proceder a essa transferência.

CLÁUSULA 15.ª

DEVER DE COOPERAÇÃO

- I. O Fornecedor deve cooperar com a Tejo Atlântico, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:
 - a) Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo fornecedor em representação da Tejo Atlântico;
 - b) Quando a Tejo Atlântico deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DA TEJO ATLÂNTICO

CLÁUSULA 16.ª

PREÇO BASE E PREÇO CONTRATUAL

- I. Pelo fornecimento dos bens e dos serviços associados ao objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Tejo Atlântico deve pagar ao Fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço contratual não pode ser superior a 394.999,00€ (*trezentos e noventa e quatro mil, novecentos e noventa e nove euros*), para 3 (*três*) anos de duração máxima do contrato, tendo em consideração a seguinte divisão para cada um dos 3 (*três*) Lotes, objeto do contrato, nomeadamente:
 - **Lote I** - Aquisição, Instalação e Certificação de Equipamentos para Trabalhos em Altura e Profundidade: 200.000,00€ (*duzentos mil euros*);
 - **Lote II** - Inspeção, Certificação e Manutenção de Equipamentos para Trabalhos em Altura e Profundidade: 175.000,00€ (*cento e setenta e cinco mil euros*);

- **Lote III** - Formação especializada de trabalhos risco especial de segurança - trabalhos em altura e espaços confinados: 19.999,00€ (*dezanove mil novecentos e noventa e nove euros*).
3. Os preços referidos nos números anteriores incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Tejo Atlântico, incluindo despesas de alojamento, alimentação, deslocação de meios humanos, despesas de transporte dos bens objeto do contrato para os locais de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

CLÁUSULA 17.ª

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. As quantias devidas pela Tejo Atlântico, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 (*trinta*) dias após a receção por esta das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento das obrigações respetivas, para cada um dos 3 (*três*) lotes.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida, nos seguintes termos:
 - a) **Lote I**: com a assinatura do auto de receção, de acordo com o mencionado na alínea f) do n.º 1.1 da cláusula 5.ª;
 - b) **Lote II**: com a assinatura da declaração de aceitação, de acordo com o mencionado na alínea f) do n.º 1.2 da cláusula 5.ª;
 - c) **Lote III**: com a assinatura da declaração de aceitação, de acordo com o mencionado na alínea f) do n.º 1.3 da cláusula 5.ª.
3. Em caso de discordância por parte da Tejo Atlântico quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar, por escrito, ao Fornecedor, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. A falta de pagamento dos valores contestados pela Tejo Atlântico não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do Fornecedor, devendo, no entanto, a Tejo Atlântico proceder ao pagamento da importância não contestada.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos n.ºs 1 a 4, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo Fornecedor.
6. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao Fornecedor serão automaticamente suspensos por igual período.

CLÁUSULA 18.ª

FATURAÇÃO

1. As faturas a apresentar pelo Fornecedor à Tejo Atlântico, emitidas em observância com o disposto no artigo 299.º-B do CCP, devem conter os elementos necessários a uma

completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada.

2. A faturação deve obedecer às seguintes condições:
 - a) Número da nota de encomenda emitida pela Tejo Atlântico;
 - b) No caso dos bens, identificação dos bens fornecidos, do(s) local(is) de entrega e das respetivas quantidades;
 - c) No caso dos serviços prestados, identificação dos locais de realização dos mesmos e período a que se referem;
 - d) Preço unitário e global;
 - e) IVA à Taxa legal aplicável.
3. O Fornecedor deve proceder à emissão das faturas em formato eletrónico (EDI), se tal lhe for aplicável, decorrente da aplicação e cumprimento da legislação em vigor para a implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos (Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei, n.º 123/2018, de 28 de dezembro, atualizado com o estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 14-A/2020 de 7 de Abril, pelo Decreto-Lei n.º 104/2021, de 27 de novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 42-A/2022, de 30 de junho ou outra que venha a estar em vigor no decorrer do contrato.
4. A Tejo Atlântico aderiu ao Portal da FE-AP para a receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P..
5. Para informação sobre a adesão ao referido portal deverá o Fornecedor consultar a informação disponível em: <https://www.aguasdotejoatlantico.adp.pt/content/faturacao-eletronica>.
6. Em caso de incumprimento da periodicidade da faturação, definida na cláusula anterior, resultante de facto não imputável à Tejo Atlântico, não acrescem quaisquer juros de mora.
7. A emissão de segundas vias das faturas solicitadas pela Tejo Atlântico não serão objeto de qualquer cobrança adicional.

SECÇÃO III

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA 19.ª

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO MODO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pela Tejo Atlântico:

- Gestor do contrato: Ana Ferreira
 - Morada: Fábrica da Água de Alcântara – Avenida de Ceuta, 1300-254 Lisboa
 - Telefone n.º +351 213 107 900
 - Correio eletrónico geral.adta@adp.pt
2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo Fornecedor.
 3. Caso o gestor do contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, determina ao fornecedor, em relatório fundamentado, as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
 4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o Fornecedor da responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

CAPÍTULO III

MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA 20.ª

MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO CONTRATO

- I. Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 312.º do CCP, o contrato pode ser modificado nas seguintes condições:
 - a) Cláusulas contratuais que indiquem de forma clara, precisa e inequívoca o âmbito e a natureza das eventuais modificações, bem como as condições em que podem ser aplicadas;
 - b) A alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes tenham fundado a decisão de contratar, desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da boa-fé e não esteja coberta pelos riscos próprios do contrato;
 - c) Razões de interesse público decorrentes de necessidades novas ou de uma nova ponderação das circunstâncias existentes;
 - d) Por acordo entre as partes e com respeito pelo estabelecido no CCP.

CLÁUSULA 21.ª

CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO DO COCONTRATANTE

1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º I do artigo 318.º do CCP, o Fornecedor pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização da Tejo Atlântico.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o Fornecedor deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do CCP.
3. A Tejo Atlântico deve pronunciar-se sobre a proposta do Fornecedor no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. Em caso de incumprimento pelo Fornecedor que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, este cederá a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual que antecedeu a celebração do contrato venha a ser indicado pela Tejo Atlântico, de acordo com o estabelecido no artº 318º-A, do CCP.
5. A cessão da posição contratual a que se refere o número anterior opera por mero efeito do ato da Tejo Atlântico, sendo eficaz a partir da data por esta indicada.
6. A subcontratação pelo Fornecedor depende de autorização da Tejo Atlântico, nos termos do CCP.

CLÁUSULA 22.ª

SANÇÕES CONTRATUAIS

1. Sem prejuízo de outras previstas no CCP, pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Tejo Atlântico pode exigir do Fornecedor o pagamento de sanções contratuais, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

1.1 Lote I:

- a) Pelo atraso em 20 (*vinete*) dias, relativamente ao prazo de entrega dos Equipamentos, de acordo com a alínea a) do nº I.1 da cláusula 5.ª do presente Caderno de Encargos, será aplicada uma sanção correspondente a 0,5% (*zero vírgula cinco por cento*) do valor contratual;
- b) Pelo atraso em 20 (*vinete*) dias, relativamente ao prazo para instalação e certificação dos equipamentos, de acordo com a alínea b) do nº I.1 da cláusula 5.ª do presente Caderno de Encargos, será aplicada uma sanção de 0,5% (*zero vírgula cinco por cento*) do valor contratual;

- c) Pelo incumprimento do prazo de entrega dos Relatórios de Instalação e Certificação, de acordo com a alínea k) do n.º 1.1 da cláusula 5.ª do presente Caderno de Encargos, será aplicada uma sanção de 0,5% (*zero vírgula cinco por cento*) do valor contratual.

I.2 Lote II:

- a) Pelo incumprimento do planeamento dos trabalhos previstos no cronograma anual, para Inspeção, Certificação e Manutenção dos equipamentos, de acordo com o mencionado na alínea c) do n.º 1.2 da cláusula 5.ª do presente Caderno de Encargos, será aplicada uma sanção de 0,5% (*zero vírgula cinco por cento*) do valor contratual;
- b) Pelo incumprimento dos prazos de realização de trabalhos urgentes e não urgentes, de acordo com o mencionado as alíneas h) e i) ambas do n.º 1.2 da cláusula 5.ª do presente Caderno de Encargos, será aplicada uma sanção de 0,5% (*zero vírgula cinco por cento*) do valor contratual;
- c) Pelo incumprimento do prazo de entrega dos Relatórios de Inspeção, Certificação e Manutenção, de acordo com a alínea l) do n.º 1.1 da cláusula 5.ª do presente Caderno de Encargos, será aplicada uma sanção de 0,5% (*zero vírgula cinco por cento*) do valor contratual.

I.3 Lote III:

- a) Pelo incumprimento do planeamento previsto no cronograma elaborado no início do contrato, de acordo com o mencionado na alínea a) do n.º 1.3 da cláusula 5.ª do presente Caderno de Encargos, será aplicada uma sanção de 0,5% (*zero vírgula cinco por cento*) do valor contratual;
 - b) Pela não disponibilização do dossier técnico e pedagógico, de acordo com o mencionado na alínea c) do n.º 1.3 da cláusula 5.ª do presente Caderno de Encargos, será aplicada uma sanção de 0,5% (*zero vírgula cinco por cento*) do valor contratual;
 - c) Pela não evidência de emissão dos certificados de formação, após realização das ações de formação, de acordo com a alínea f) do n.º 1.3 da cláusula 5.ª do presente Caderno de Encargos, será aplicada uma sanção de 0,5% (*zero vírgula cinco por cento*) do valor contratual.
2. O valor acumulado das sanções contratuais a aplicar não poderá exceder o limite máximo de 20% (*vinte por cento*) do preço contratual.
 3. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% (*vinte por cento*) e a Tejo Atlântico decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30% (*trinta por cento*).
 4. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Fornecedor, a Tejo Atlântico pode exigir-lhe uma sanção contratual de até 20% (*vinte por cento*) do preço contratual.

5. A Tejo Atlântico pode descontar o valor das sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula nos pagamentos devidos ao Fornecedor.
6. As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que a Tejo Atlântico exija uma indemnização pelo dano excedente.

CLÁUSULA 23.ª

FORÇA MAIOR

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao Fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
 - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
 - b) Sejam alheias à sua vontade;
 - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato; e
 - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Fornecedor, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Fornecedor de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Fornecedor não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo Fornecedor das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza o Tejo Atlântico a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do CCP, não tendo o Fornecedor direito a qualquer indemnização.

CLÁUSULA 24.ª

RESOLUÇÃO DO CONTRATO POR PARTE DA TEJO ATLÂNTICO

- I. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos no CCP e no presente caderno de encargos, a Tejo Atlântico pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem e, em particular, se se verificar:
 - a) **Lote I:** Atraso superior a 30 (*trinta*) dias do prazo definido para o fornecimento de equipamentos, de acordo com o mencionado na alínea a) do ponto I.1 da cláusula 5.ª;
 - b) **Lote II:**
 - i. Atraso superior a 15 (*quinze*) dias, contados a partir da 1.ª data estipulada no cronograma aprovado, para início dos serviços, de acordo com o mencionado na alínea c) do ponto I.2 da cláusula 5.ª;
 - ii. Atraso superior a 30 (*trinta*) dias, contados a partir da 1.ª data estipulada no cronograma aprovado, para finalização dos serviços de Inspeção, Certificação e Manutenção a todos os equipamentos objeto de contrato, de acordo com o mencionado na alínea c) do ponto I.2 da cláusula 5.ª.
 - c) **Lote III:**
 - i. Atraso superior a 15 (*quinze*) dias, contados a partir da 1.ª data estipulada, no cronograma aprovado, para início das formações, de acordo com o mencionado na alínea a) do ponto I.3 da cláusula 5.ª.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Fornecedor não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente caderno de encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pela Tejo Atlântico.
3. O exercício do direito de resolução previsto no número anterior, não prejudica o direito de a Tejo Atlântico vir a ser ressarcida dos prejuízos que lhe advierem dessa resolução ou da conduta do prestador de serviços que terá levado à resolução.

4. A resolução nas condições expressas no número I da presente cláusula será comunicada ao Fornecedor através de carta registada, com aviso de receção, e só terá efeitos passados 60 (sessenta) dias da notificação, mantendo-se durante este período todas as condições contratuais.
5. A resolução é um direito que a Tejo Atlântico exerce definitivamente.

CLÁUSULA 25.ª

RESOLUÇÃO DO CONTRATO POR PARTE DO FORNECEDOR

1. O Fornecedor pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do CCP.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º I do artigo 332.º do CCP, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

CLÁUSULA 26.ª

SEGUROS

1. É da responsabilidade do Fornecedor, a cobertura, através de contrato de seguro, dos seguintes riscos, sem prejuízo de outros que sejam obrigatórios por lei:
 - a) Responsabilidade Civil que garanta a cobertura dos riscos e danos direta ou indiretamente emergentes da sua atuação;
 - b) Acidentes de Trabalho, por parte dos membros da equipa designada.
2. A Tejo Atlântico pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o Fornecedor prestá-la no prazo 5 (cinco) dias.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 27.ª

DEVERES DE INFORMAÇÃO

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do

contrato, de acordo com a boa-fé.

2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (*quinze*) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

CLÁUSULA 28.ª

COMUNICAÇÕES

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações relativas à execução do contrato devem ser efetuadas através de carta registada, com aviso de receção, ou correio eletrónico, entre o Gestor designado pela Tejo Atlântico, conforme identificado na cláusula 19.ª, e o Fornecedor para os contactos identificados em declaração do Fornecedor nos termos do Anexo VII ao Programa do Concurso.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte, no prazo de 15 (*quinze*) dias.
3. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
4. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

CLÁUSULA 29.ª

FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com renúncia expressa a qualquer outro.

CLÁUSULA 30.ª

DIREITO APLICÁVEL E NATUREZA DO CONTRATO

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

CLÁUSULA 31.ª

CONTAGEM DOS PRAZOS

Os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados,

domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do CCP.

Junta:

ANEXO I – Listagem das Instalações da Tejo Atlântico

ANEXO II - Especificações Técnicas dos Equipamentos Antiqueda

ANEXO I

LISTAGEM DAS INSTALAÇÕES DA TEJO ATLÂNTICO

(Documento Autónomo)

ANEXO II

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS EQUIPAMENTOS ANTIQUEDA

(Documento Autónomo)